

## ÍNDICE

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO .....	2
2 - ENTIDADE ADJUDICANTE .....	2
3 - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR .....	2
4 - FUNDAMENTAÇÃO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO .....	2
5 - ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	2
6 - PREÇO BASE .....	2
7 - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA .....	3
8 - IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA.....	3
9 - PROPOSTAS VARIANTES .....	3
10 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	3
11 - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA .....	3
12 - ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS .....	4
13 - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS .....	4
14 - CAUÇÃO .....	4
15 - CONTRATO ESCRITO.....	4
16 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO .....	4
17 - IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
18 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO .....	5
19 - DESPESAS E ENCARGOS DO CONCORRENTE.....	6
20 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	6
ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO .....	7
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO .....	9

## 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

PROCEDIMENTO Nº SCGC\_FFUP\_00002\_2025 - Aquisição de serviços para apoio operacional a atividades de laboratório da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.

## 2 - ENTIDADE ADJUDICANTE

Universidade do Porto, Fundação Pública em Regime de Direito Privado, Pessoa Coletiva com o NIF: 501413197, através da Faculdade de Farmácia, dotada de autonomia administrativa e financeira, com o NIPC 600027619, sita na Rua de Jorge Viterbo Ferreira n.º 228, 4050-313 Porto, Portugal.

## 3 - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Senhor Diretor da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, em 28/01/2025, no âmbito das suas competências próprias.

## 4 - FUNDAMENTAÇÃO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Ajuste direto, conforme definido no artigo 20.º, nº 1, alínea d) do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações em vigor.

## 5 - ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

As peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas na plataforma eletrónica de contratação Acingov, no seguinte endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>, devendo para o efeito aceder ao do link enviado via correio eletrónico.

## 6 - PREÇO BASE

1. O preço base para a aquisição é de **9 570,00 € (nove mil, quinhentos e setenta euros)**, equivalendo ao pagamento de um parâmetro mensal de **870,00 € (oitocentos e setenta euros)**, valores acrescidos de IVA se aplicável, e que corresponde ao montante máximo que a entidade adjudicante aceita pagar pela aquisição dos serviços limitando o preço contratual para o período máximo de vigência do contrato
2. A definição do preço base teve como referência o contrato vigente nos anos anteriores, celebrado no âmbito do procedimento de ajuste direto n.º SCGC\_FFUP\_AD/24A010, com os necessários ajustamentos de acordo com os serviços considerados no presente procedimento e conforme período de vigência a contratualizar.

## 7 - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I do CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
  - b. Proposta de preço total em conformidade com o modelo Anexo II ao convite, considerando:
    - i. Preços unitários e preço total que não devem incluir o IVA;
    - ii. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos, e não incluem IVA;
    - iii. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
    - iv. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;
  - c. Declaração de compromisso de honra relativa ao cumprimento do n.º 6 do artigo 113.º do CCP.
2. De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, a declaração referida na alínea a) do n.º 1, bem como a Proposta deve ser assinada pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

## 8 - IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta e os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos, obrigatoriamente, em língua portuguesa.
2. A documentação técnica pode ser apresentada em língua inglesa.

## 9 - PROPOSTAS VARIANTES

**Não é admitida** a apresentação pelo concorrente de propostas variantes.

## 10 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta e os documentos que instruem a proposta serão entregues até às **17.00 horas do 5º dia a contar da data de envio do convite para apresentação de proposta.**

## 11 - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

1. A proposta e os documentos que a instruem serão apresentados, nos termos do disposto no artigo 115.º n.º 1 alínea g) do CCP, através do seguinte meio de transmissão eletrónica de dados: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), **devendo para o**

**efeito os convidados aceder através do link remetido na mensagem de correio eletrónico de convite à apresentação de proposta.**

2. Fica dispensada a submissão da proposta com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica, por não ser aplicável o disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, bem como da utilização de selos temporais, que são disponibilizados pela entidade adjudicante.
3. A receção da proposta é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue ao concorrente(s) um recibo eletrónico / email comprovativo dessa receção.

## **12 - ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do serviço responsável pela condução do procedimento.
2. Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite e caderno de encargos e apresentação de lista de erros e omissões, podem, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), **usando para o efeito o link remetido na mensagem de correio eletrónico de convite à apresentação de proposta.**
3. Os esclarecimentos serão prestados, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

## **13 - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

O concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo fixado para a apresentação das mesmas.

## **14 - CAUÇÃO**

Não será exigível a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

## **15 - CONTRATO ESCRITO**

Haverá lugar a celebração de contrato escrito, nos termos dos artigos 94º e seguintes do CCP.

## **16 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO**

1. Nos termos do estabelecido no artigo 81º do CCP, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
  - a. **Declaração** emitida conforme o modelo constante do **Anexo II do CCP**;

- b. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
  - i. **Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - ii. **Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c. **Certificado de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- d. **Comprovativo da subscrição de seguro de acidentes de trabalho** para o trabalhador independente, nos termos do Decreto-Lei nº 159/99 de 11 de maio (declaração de companhia de seguros e cópia da apólice) e **respetivo recibo**.

- 2. O documento previsto na alínea d), do número anterior apenas é obrigatório no caso de existirem alterações às inscrições constantes do documento apresentado em sede de apresentação de proposta (alínea d), do n.º 2, do artigo 7.º).
- 3. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) e c) do n.º 1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

#### 17 - IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, devem as entidades adjudicatárias fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

#### 18 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO

- 1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação da adjudicação.
- 2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 dias.
- 3. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP deve ocorrer no prazo de 2 dias.

## **19 - DESPESAS E ENCARGOS DO CONCORRENTE**

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

## **20 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro), e restante legislação aplicável.

## ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A do CCP, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Ajuste Direto Nº SCGC\_FFUP\_AD\_00002\_2025 – Aquisição de serviços para apoio operacional às atividades de laboratório** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



## ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

### PROPOSTA

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, morada de sede, número de matrícula na Conservatório do Registo Comercial e número de pessoa coletiva ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, moradas de sede, número de matrícula na Conservatório do Registo Comercial e número de pessoa coletiva), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do *procedimento de Ajuste Direto nº SCGC\_FFUP\_AD\_00002\_2025 – Aquisição de serviços para apoio operacional às atividades de laboratório* e de todas as condições estabelecidas no Caderno de Encargos e restantes peças patenteadas, propõe-se executar o contrato, de acordo com o preço a seguir discriminado:

Descrição	Quantidade	Preço Unitário s/IVA	Preço total s/IVA
Serviços para apoio operacional às atividades de laboratório	11		

A prestação de serviços para apoio operacional às atividades de laboratório, será efetuada pelo preço global de ..... (valor €), ..... (valor por extenso), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, desde que legalmente devido, no prazo de execução do contrato.

..... (local), ..... (data)

..... (assinatura).....